

CI GERAD 055/2016

30 de março de 2016.

125

AB

DE: GERAD – Maria Augusta
PARA: GECOL – André

Prezado Gerente,

Em consulta que fizemos à Secretaria de Estado da Fazenda, verificou-se que órgãos públicos estão isentos da Taxa Estadual de Incêndio. Desta forma, solicitamos a supressão deste encargo nos contratos de locação com a RC Nunes Empreendimentos Imobiliários S/A (1991/10 e 1955/10) e SMEL - sociedade Mineira de Empreendimentos LTDA (2236/13), na Cláusula Quinta – Das Demais Despesas - que prevê que esta tarifa é de responsabilidade do locatário.

Segue em anexo documento da consulta.

Atenciosamente,


Maria Augusta Gatti de Vasconcellos
Gerente de Administração

Setor de Contrato
At: Rio
Favor providenciar
os termos de locação
Ass: 01/04/16

Fonte: SEF (consulta em 30/03/16)

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/taxas/taxa_incendio/duvidas_frequentes/

P.2.2 - Em quais casos é devida a taxa de incêndio?

R. Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóvel de uso não residencial (comércio, indústria e serviços), localizados em qualquer município de Minas Gerais são contribuintes da taxa de incêndio. Estão isentos as edificações localizadas em município que não tenha unidade operacional do Corpo de Bombeiros nem pertença à região metropolitana e que tenha um Coeficiente de Risco de Incêndio inferior a 2.000.000 de megajoules. Também estão isentos as entidades de assistência social sem fins lucrativos e a partir do exercício (ano) de 2011, os templos de qualquer culto reconhecidos pelo poder público e a partir de 2013, o Microempreendedor Individual - MEI. Estão fora do campo de incidência da taxa de incêndio as edificações localizadas em zona rural, independente do Coeficiente de Risco de Incêndio.

P.5.2 - O cadastramento no sistema é obrigatório para todos os contribuintes?

R. O cadastramento é obrigatório para todos os contribuintes localizados na zona urbana em municípios que possuem Unidade de Corpo de Bombeiro e para os contribuintes localizados em municípios desprovidos de Unidade de Corpo de Bombeiro se o CRI for igual ou maior a 2.milhões de megajoule e estejam localizados na zona urbana.

P.2.11 - Quem é o responsável pelo pagamento da Taxa de Incêndio de imóvel alugado?

R. O contribuinte da taxa de incêndio é o proprietário, o titular do domínio ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel por natureza ou por acessão física situado na zona urbana. Desta forma, tanto o proprietário como o inquilino são responsáveis pelo pagamento.

P.6 - Quem tem direito à isenção?

R. A edificação utilizada por órgão público e demais pessoas jurídicas de direito público interno; a edificação utilizada por entidade de assistência social sem fins lucrativos reconhecida pelo poder público e templo de qualquer culto, a partir de 2011, desde que esta não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título, aplique integralmente no País os recursos destinados à manutenção de seus objetivos institucionais e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; a edificação não residencial, localizada em Município onde não exista unidade operacional de execução do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, desde que, cumulativamente não pertença à região metropolitana e tenha Coeficiente de Risco de Incêndio inferior a 2.000.000 MJ (dois milhões de megajoules); o Microempreendedor Individual a partir de 2013.

01 2010 0916 1005 0200



REGISTRADO
Nº 1955 Ano 2010
Livro 04 Fl. 40
<i>Adriana Bettencourt</i>

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1955/10, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, com recursos do FUNDO DE TRANSPORTE URBANO – FTU através da **EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A – BHTRANS**, e a **RC NUNES EMPREENDIMENTOS S/A**, sendo o presente regido pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, suas posteriores modificações e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo alterar o item 5.1 da Cláusula Quinta do Contrato Original:

Onde Lê-se:

“5.1. Sem prejuízo das obrigações dispostas na Cláusula Quarta, a LOCATÁRIA responderá pelo pagamento das despesas de energia elétrica, água e esgoto, limpeza urbana e outras que recaiam sobre os imóveis locados, incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), proporcional às áreas respectivas, a taxa e o seguro contra incêndio durante todo o período da locação.”

Leia-se:

“5.1. Sem prejuízo das obrigações dispostas na Cláusula Quarta, a LOCATÁRIA responderá pelo pagamento das despesas de energia elétrica, água e esgoto, limpeza urbana e outras que recaiam sobre os imóveis locados, incluindo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), proporcional às áreas respectivas, o seguro contra incêndio durante todo o período da locação.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do Contrato nº 1955/10 permanecem vigentes e inalteradas.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 20 de maio

de 2016.

[Assinatura]
Ricardo Clementino Nunes
Diretor

RC Nunes Empreendimentos S/A

[Assinatura]
Ramon Victor Cesar
Presidente
BHTRANS

[Assinatura]
Pier Giorgio Senesi Filho
Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Município de Belo Horizonte

Testemunhas:

1. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
CPF: *[Assinatura]*

2. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
CPF: *[Assinatura]*

[Assinatura]
Mônica Fátima Cavalcanti de Menezes
Assessora - OAB/MG 68.700
BHTRANS

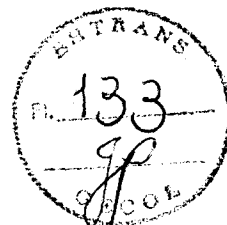
Página 1 de 1





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município



Quarta-feira, 25 de Maio de 2016 Ano:XXII - Edição N.: 5054

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - BHTRANS

EXTRATOS

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS torna público os seguintes procedimentos:

Extrato do Convênio n.º 533/16.

Convenientes: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS e Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP.

Objeto: Cooperação Técnica visando garantir a interoperabilidade entre os sistemas de Bilhetagem Eletrônica já implantados e os que por ventura vierem a ser implantados, nas redes de transporte público em operação dentro do Município de Belo Horizonte e demais municípios que compõem sua Região Metropolitana, conferindo ao passageiro a possibilidade de iniciar e terminar viagens em sistemas de transporte distintos, utilizando um único meio de pagamento, independentemente das regras tarifárias ou das tecnologias empregadas em cada um deles.

Vigência: 29/04/2016 a 28/12/2017

Sem ônus.

Extrato da Autorização de Fornecimento n.º 032/16.

Contratante: Município de Belo Horizonte – Fundo de Transporte Urbano - FTU.

Contratada: P.C.S. Damasceno & Cia Ltda – EPP

Objeto: Aquisição de um reboque carroceria fechada versão escritório, ano de fabricação e modelo 2016, cor branca, conforme Termo de Referência – Anexo I, do Edital de licitação.

Valor: R\$ 30.000,00.

Prazo de entrega: 30 dias.

Amparo Legal: Pregão Presencial nº 01/2016.

Extrato do Contrato nº 2388/16

Contratante: Município de Belo Horizonte – Fundo de Transporte Urbano - FTU.

Contratada: D & C Ponto de Venda e Montagem de Painéis Ltda. – EPP.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de abrigos de passageiros no Município de Belo Horizonte.

Processo Licitatório: Concorrência Pública nº 10/2015

Vigência: 13/05/2016 a 12/05/2017.

Valor: R\$ 1.588.750,46

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 1955/10.

Contratante: Município de Belo Horizonte – Fundo de Transporte Urbano - FTU.

Contratada: RC Nunes Empreendimentos S/A.

Objeto: Alterar o item 5.1 da Cláusula Quinta do Contrato Original, excluindo: "a taxa contra incêndio".

Valor: Sem ônus.

